



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B823 O Brasil dimensionado pela história 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (O Brasil Dimensionado pela História; v. 2)

Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-915-8
 DOI 10.22533/at.ed.158201501

1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.

CDD 981.65

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um Brasil, muitos “Brasis”. A própria necessidade de descrever o plural entre aspas aponta para o obrigatório caráter de singularidade que vem com definições como país, nação e território nacional. Entretanto, há algo de profundamente idealista, simplificador e até mesmo pueril a respeito dessa singularização obrigatória. Países, a final, são químicas de muitos compostos e processos, raramente fáceis de delinear.

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes “Brasis”, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“O DIA EM QUE O CACIQUE” ENTOOU “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: UM SAMBA DA VAI-VAI E DA NENÊ COMO LINGUAGEM DE PROTESTO EM TEMPOS SOMBRIOS	
Emerson Porto Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1582015011	
CAPÍTULO 2	13
APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
Danne Vieira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1582015012	
CAPÍTULO 3	25
CEARENSES OU PIAUIENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Marcus Pierre de Carvalho Baptista	
Francisco de Assis de Sousa Nascimento	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.1582015013	
CAPÍTULO 4	37
CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS	
Éder da Silva Novak	
Maria Simone Jacomini Novak	
DOI 10.22533/at.ed.1582015014	
CAPÍTULO 5	47
CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1989-2009): 20 ANOS DE HISTÓRIA	
Marina Carolina Rezende Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1582015015	
CAPÍTULO 6	58
JUSTIÇA ESTATAL E JUSTIÇA NEGOCIADA: FURTO DE GADO, AÇÃO PENAL E JUSTIÇA NÃO ESTATAL NO BRASIL (1860- 1899)	
Lucas Ribeiro Garro Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.1582015016	
CAPÍTULO 7	70
INTERFACE ENTRE FOUCAULT E BUTLER: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS CORPOS, SEXUALIDADES/GÊNEROS, PRÁTICAS DE SI, E RESISTÊNCIAS	
João Marcelo de Oliveira Cezar	
DOI 10.22533/at.ed.1582015017	
CAPÍTULO 8	80
MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS	
Marcus Baccega	

DOI 10.22533/at.ed.1582015018

CAPÍTULO 9 95

HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO EM PAULO FRONTIN - PR

[Welerson Fernando Giovanoni](#)

[Michel Kobelinski](#)

DOI 10.22533/at.ed.1582015019

CAPÍTULO 10 110

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

[Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150110

CAPÍTULO 11 119

OS FRANCISCANOS E OS GENTIOS NO BRASIL COLONIAL – A SERVIÇO DA FÉ E DA COROA

[Peter Johann Mainka](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150111

CAPÍTULO 12 148

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

[Francilene Ramos Lourenço Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150112

CAPÍTULO 13 157

A PRODUÇÃO FÍLMICA “ARAGUAIA: CAMPO SAGRADO” E A INTERPRETAÇÃO DE SUA NARRATIVA

[Marcondes da Silveira Figueiredo Júnior](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150113

CAPÍTULO 14 176

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

[Pedro Rachid de Paula Reino](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150114

CAPÍTULO 15 187

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

[Nathan dos Santos Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150115

CAPÍTULO 16 198

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS PACTOS DA BRANQUITUDE

[Adelina Malvina Barbosa Nunes](#)

[Margareth Diniz](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150116

CAPÍTULO 17	208
O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR	
Antonio Carlos Figueiredo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15820150117	
CAPÍTULO 18	217
O TRAÇADO DA GUERRA: A CARICATURA COMO ARMA NA GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870)	
Theo de Castro e Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.15820150118	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

Data de aceite: 05/12/2019

Francilene Ramos Lourenço Soares

mestranda em educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte- MG.

RESUMO: Este trabalho foi apresentado no VIII Encontro de Pesquisa em História da Universidade Federal de Minas Gerais, e tem por objetivo discutir o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” na cidade de Contagem e analisar a metodologia utilizada para a realização das suas propostas educativas. O Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” consolidou-se como programa em 2005. Anteriormente a esta data, era um projeto, que foi desenvolvido com o intuito de atender a demanda de um público que buscava informações na Casa de Cultura Nair Mendes Moreira sobre a história da cidade. A metodologia adotada pelo programa é a do “ Guia Básico de Educação Patrimonial”, publicado em 1999 por Maria de Lourdes Parreiras Horta e outros autores. Esse guia vem sendo seguido por muitos profissionais para a prática da Educação Patrimonial, mas atualmente o material tem sofrido várias críticas por apresentar uma única metodologia para a Educação Patrimonial. Alguns

pesquisadores acreditam que “metodologias” poderia ser mais apropriado quando tratamos da Educação Patrimonial. Assim, a partir dessas considerações, podemos investigar a metodologia de educação patrimonial divulgadas pelo programa “Por Dentro da História”. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em diálogo com os referenciais teóricos que tangenciam o tema. Concluiu-se que, embora a metodologia proposta no Guia Básico de Educação Patrimonial e utilizada pelo Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” não deva ser norteadora, a obra constituiu-se como um material precursor para a Educação Patrimonial no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial, guia básico de educação patrimonial, história local.

“INSIDE HISTORY” HERITAGE EDUCATION PROGRAM: A GUIDE TO METHODOLOGY?

ABSTRACT: This paper was presented at the VIII Meeting of History Research of the Federal University of Minas Gerais, and aims to discuss the Heritage Education Program “Inside History” in Contagem City and to analyze the methodology used for the realization of its proposals. educational The “Inside History” Heritage Education Program was consolidated as a program in 2005. Prior to this date, it was a

project that was developed to meet the demand of a public seeking information at the Nair Mendes Culture House. Moreira about the history of the city. The methodology adopted by the program is that of the “Basic Guide to Heritage Education”, published in 1999 by Maria de Lourdes Parreiras Horta and other authors. This guide has been followed by many professionals for the practice of Heritage Education, but today the material has been criticized for presenting Heritage Education as a proposal that presents a single methodology. Some researchers believe that “methodologies” might be more appropriate when it comes to heritage education. Thus, from these considerations, we can investigate the conceptions of heritage and history disclosed by the program. To this end, a bibliographic and documentary research was conducted in dialogue with the theoretical references that address the theme. It was concluded that, although the methodology proposed in the Basic Guide to Heritage Education used by the “Inside History” Heritage Education Program should not be guiding, the work was a precursor material for Heritage Education in Brazil.

KEYWORDS: Heritage education, basic heritage education guide, local history.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é discutir o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” na cidade de Contagem e a metodologia utilizada pelo mesmo para as práticas de educação patrimonial nesse município. A metodologia adotada pelo programa é a proposta pelo Guia Básico de Educação Patrimonial publicado em 1999 por Horta (1999) e outros autores. Esse guia é amplamente utilizado no nosso país para as práticas de educação patrimonial. Mas, geralmente seu uso não tem se dado de forma crítica.

No Brasil, a introdução do termo Educação Patrimonial como metodologia inspirada no modelo da Heritage Education, desenvolvido na Inglaterra, ocorre no 1º seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado no Museu Imperial no Rio de Janeiro em 1983 (IPHAN, 2014). O evento foi organizado pela museóloga e então diretora deste museu, Maria de Lourdes Parreiras Horta, e reuniu especialistas de várias áreas de formação e atuação de diversas regiões do Brasil (SIVIERO, 2015). Porém, esse momento não pode ser considerado como marco zero da Educação Patrimonial no Brasil, pois já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens (IPHAN,2014). Chagas entende:

Que a tentativa de estabelecer um marco zero para a “educação patrimonial”, fixando uma data de nascimento (1983), uma cidade (Petrópolis), um museu e uma determinada maternidade ou paternidade, não tem respaldo no cotidiano dos praticantes da assim chamada “ educação Patrimonial”. O seu vínculo de fundo e o seu diferencial estão situados na confluência entre a educação, a memória, a cultura, o patrimônio e a preservação. De outro modo: a expressão em análise

constitui um campo e uma prática de educação socialmente adjetivada e não está especialmente vinculada a nenhuma metodologia, a nenhum ator, a nenhum lugar, a nenhuma data em particular. (CHAGAS, 2006, p.5)

No entendimento de Silva (2018), mesmo que o termo educação patrimonial tenha sido utilizada só no final de 1980, ela assumiu a função de enquadramento das memórias nacionais (POLLAK, 1989) como elemento mais substantivo de suas intervenções. “Educar para o patrimônio converteu-se, por algumas décadas, em estratégia fundamental para a unidade da nação e para sua própria produção” (SILVA, 2018, p.5). Desse modo, é preciso repensar as práticas e as concepções de Educação Patrimonial no país, e suas implicações não só para a preservação, mas principalmente, para os sujeitos.

Para execução desse trabalho de natureza qualitativa, adotei a pesquisa bibliográfica e documental. Assim, investiguei a metodologia de educação proposta pelo Guia de Educação Patrimonial, sua utilização pelo Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” e as críticas que recaem sobre o material – Guia Básico de Educação Patrimonial.

2 | O GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Em 1999 ocorre o lançamento do Guia de Educação Patrimonial produzido por Maria de Lourdes Parreira Horta e outros autores. Esse material, de acordo com Demarchi (2018), pode ser considerado como um desdobramento do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, e configurou-se como um norteador das práticas educativas no Brasil pelo seu caráter pedagógico e de fácil linguagem e acesso.

Esse guia vem sendo seguido por muitos profissionais para a prática da Educação Patrimonial, mas hoje o material tem sofrido várias críticas por apresentar uma metodologia para a Educação Patrimonial. Alguns pesquisadores acreditam que “metodologias” poderia ser mais apropriado quando tratamos da Educação Patrimonial. Cléo Oliveira (2011) acredita que o guia enquadra a educação patrimonial como uma “metodologia específica”. Para ela, a educação patrimonial deve ser mais do que isso, deve ser “uma ação que dispõe de várias metodologias para atingir seus propósitos” (DEMARCHI, 2016).

De acordo com Scifoni (2017), a proposta da Educação Patrimonial como uma única metodologia apresentada no Guia Básico de Educação Patrimonial fez com vários praticantes desse tipo de educação recusasse o termo, gerando fragmentação da expressão e agregando outras terminologias: educação museal, educação para o patrimônio e outros. Mas é importante lembrar que:

Embora com diferentes nomes, a perspectiva não deixou de ser comum, ou seja, de um trabalho educativo voltado à mobilização de saberes em torno do patrimônio,

memória e da herança cultural, tanto em espaços da educação formal como informal. A constituição de um arcabouço conceitual passa, assim, por superar esta dispersão e fazer convergir esforços no sentido de criar uma perspectiva epistemológica para o campo da educação patrimonial. (SCIFONI, 2017, p.6)

Além das dificuldades atuais de constituição de um arcabouço conceitual fundamentador de um campo de reflexão sobre a Educação Patrimonial, Scifoni (2017) traz também alguns outros impasses sobre a Educação Patrimonial no Brasil. Uma delas é “a “permanência de “ideias fora do tempo”, ou seja, formulações feitas no passado, que tinham sentido frente àquelas condições históricas pretéritas, mas que são repetidas no presente, de forma acrítica como se fossem verdades universais e inquestionáveis” (SCIFONI, 2017, p. 7). Como exemplo dessas ideias, a autora cita o jargão “ Conhecer para preservar”. Ela nos esclarece que:

Conhecer para preservar parte do pressuposto da ignorância da população acerca de seu patrimônio e, mais ainda, credita a este sujeito indefinido – população – a fonte de todos os problemas do patrimônio. Despolitiza, assim, o debate, uma vez que culpabiliza um ser genérico, deixando de explicitar o que está por trás das dificuldades da preservação. (SCIFONI, 2017, p.7)

No *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999), a educação patrimonial é entendida como “ um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico temporal em que está inserido”. Mas, na visão de Savieri (2015), com o termo “alfabetização cultural”:

Pretende-se realizar uma ação educativa de transmissão de informações, valores e concepções de mundo de alguns “detentores de conhecimento” para aqueles que nada sabem e que devem ser conscientizados. Tal tipo de ação educativa não condiz, segundo Paulo Freire, com uma ação de conscientização e reforça a fetichização e reificação da cultura denunciada por Meneses (2000, p. 37, apud LEITE, 2007, p. 65) como fonte de alienação permanente. Para Freire, os processos de conscientização e de educação confundem-se na medida em que ambos devem ser encarados como um processo permanente de consciência-mundo e de atitude crítica dos homens em seu contexto espaço-temporal. (SAVIERI, 2015, p,97)

De acordo com Savieri (2015), a elaboração de um conceito de educação patrimonial e de suas diretrizes ocorreu, por sua vez, no II Enep, em julho de 2011. Oficialmente, o conceito foi publicado em 2014 no caderno Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos (FLORÊNCIO et al., 2014):

[...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações a fim de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das

Scifoni (2017) nos diz que o compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação, e precisamos:

“Entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias” (SCIFONI, 2017, p.13).

A Educação Patrimonial precisa caminhar na direção de trabalhar não mais com a história e memória dos grandes homens e dos grandes feitos, mas sim com história das pessoas comuns, do cotidiano e das práticas culturais e sociais das pessoas que não estão na História e Memória Oficial. Mas, é preciso ter em mente que a Educação Patrimonial não deve ser somente para o Patrimônio, mas principalmente pelo Patrimônio, ou seja, o objetivo não deve ser somente voltado para a preservação, mas também deve-se considerar o sujeito como um construtor de sentidos e significados em relação ao patrimônio, que dialoguem com o tempo presente a partir das suas vivências e experiências.

Para entendermos essa construção de sentidos e significados pelo homem, precisamos passar pela linguagem, pois é por meio dela que o ser humano constitui-se sujeito e atribui significados aos eventos, aos objetos, aos seres, tornando-se a ser histórico e cultural. Na perspectiva Vygotskyana, o significado é a estabilidade de ideias por um determinado grupo, e sua construção depende do contexto sociocultural e das situações vivenciadas. Já o sentido é o instante, não tem estabilidade, pois tem o caráter simbólico, e configurasse como mediador da relação entre o homem e o mundo, sendo um possibilitador desta relação (COSTAS; FERREIRA, 2011).

Assim, quando discutimos o Patrimônio Cultural, sua preservação e os significados que são construídos através dele, temos que problematizar também o valor que ele assume para os diversos sujeitos. Se para uns ele tem um valor artístico, para outros ele tem um valor histórico, e para um terceiro, um valor religioso. Trabalhar esses valores no processo de preservação constitui então um emaranhado de representações que se combinam e se definem pelo olhar e pelos sentidos do sujeito, no tempo que não é dado, mas sim construído.

3 | O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA” E OS PASSOS PROPOSTOS PELO GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” em Contagem consolidou-se como um Programa no primeiro semestre de 2005. Anteriormente a esta data, era um projeto, que foi desenvolvido com o intuito de atender a demanda de um

público que buscava informações na Casa de Cultura Nair Mendes Moreira - Museu Histórico de Contagem- sobre a história do município (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR DENTRO DA HISTÓRIA, 2009).

O programa é uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as escolas, tem como objetivo principal, aliar educação, conhecimento da história local e preservação do Patrimônio Cultural. Constitui-se como parte integrante de uma política pública desenvolvida pela Prefeitura de Contagem na área cultural desde 2005. Apresenta-se como um trabalho que foi construído coletivamente. Para isso, contou com o envolvimento da comunidade e com algumas iniciativas das escolas do município.

A Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, foi o lugar que o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” emergiu como parte de uma política pública voltada para o Patrimônio Cultural. Edificação construída no século XVIII, tradicionalmente conhecida como “Casa do Registro”, é considerada a casa mais antiga da cidade e um dos núcleos de origem da antiga “Contagem das Abóboras”, foi restaurada em 1991 e tombada em 1998. Em 2007, foi reconhecido pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como primeiro museu de Contagem (CONTAGEM,2018). Santos (2017) nos lembra que a Casa de Cultura Nair Mendes:

Ao longo destes anos, fez um grande esforço para estimular as visitas orientadas e também difundir seu acervo composto, além do próprio casarão, de alguns artefatos, documentos e de fotografias antigas do município. Na perspectiva do conceito de cidade educadora, procurou divulgar e existência de outros bens tombados e registrados como patrimônio cultural e incentivou o reconhecimento de outros bens culturais legitimados pelas comunidades que ainda não figuram na lista oficial protegida legalmente. (SANTOS,2017, p.63)

As ações e atividades de Educação Patrimonial na cidade de Contagem não é uma prática recente , pois “ foram iniciadas, como parte das diretrizes da política cultural do município, junto com o trabalho de identificação e proteção do Patrimônio Cultural, em meados da década de 90 do século XX”(REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR DENTRO DA HISTÓRIA , 2009,p.10), com a promulgação da lei de proteção do patrimônio, a Lei nº 2.842 de 29 de abril de 1996 e a criação do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem – COMPAC – com a aprovação da Lei nº 2.961,de 11 de junho de 1997 (ANDRADE, 2015).

Os avanços nas ações e atividades de Educação Patrimonial em Contagem, permitiram assim que um projeto se transformasse em um programa. O Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” foi reconhecido em nível nacional, sendo o ganhador na categoria de Educação Patrimonial em 2008 no concurso promovido pelo IPHAN com o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em dezembro de 2008 foi matéria da Revista de História n.39 da Biblioteca Nacional.

O programa também sugere para as escolas os seis passos da metodologia de Educação Patrimonial baseados no Guia Básico de Educação Patrimonial de

Maria de Lourdes Parreira Horta (1999) e outros autores (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR DENTRO DA HISTÓRIA, 2009). Esse Guia, é um dos materiais norteadores das práticas de educação patrimonial no país, mas alguns autores têm feito algumas considerações críticas a essa obra. Sobre a metodologia proposta pelo Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” e apresentada no Guia Básico de Educação Patrimonial, precisamos tecer algumas considerações.

Para estruturação da sua produção didática e das ações educativas, o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” sugeriu os seguintes passos baseados no Guia Básico de Educação Patrimonial de (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999):

- Observação: identificação do objeto, de sua função e seu significado. Desenvolvimento da percepção visual e simbólica;
- Registro: fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica. Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
- Exploração: desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
- Apropriação: envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem ou bens culturais.
- Sistematização e documentação: produção de relatório ou portfólio dos resultados do trabalho ou projeto. Organização do acervo: reportagens de jornal, livros, CD's, vídeos, fotografias, etc.
- Divulgação: publicação de material impresso (artigos, relato da experiência e ensaio) ou em audiovisual dos materiais produzidos no desenvolvimento do projeto.

Desses seis passos, os quatro primeiros podem ser identificados diretamente no Guia Básico de Educação de Educação Patrimonial, a saber: observação, registro, exploração, apropriação. Os outros dois últimos passos podem ser identificados de forma indireta no material.

Sobre esses passos, Demarchi (2018) acredita que durante o processo de desenvolvimento, não houve momento para problematização do significado do patrimônio cultural. Imagina-se que sua preservação esteja garantida, pois “conhecido, logo, preservado”. Assim, pretende-se que o lúdico auxilie a revelar a internalização da valorização do patrimônio realizada. Retiradas todas as marcas sociais do patrimônio cultural, resta apenas sua valorização, mas não é o que se verifica na realidade (DEMARCHI, 2018).

É preciso saber porque mesmo sendo criticado por apresentar uma única metodologia de Educação Patrimonial ele continua a ser muito utilizado. Sobre isso, Demarchi (2018) nos diz que esse uso pode se dar por vários motivos: pela sua

chancela estatal, que lhe confere credibilidade; pela sua acessibilidade na internet, pela ausência de outras publicações, pelo seu próprio mérito, pela sua eficiência metodológica e conveniência teórica. Assim, para esse autor, “o Guia não deve ser descartado, mas lido e apropriado criticamente, pois há no material, muitas sugestões importantes que devem balizar as ações educativas “ (DEMARCHI, 2018, p.160).

4 | CONCLUSÃO

A partir do exposto, é importante pensarmos a utilização do Guia Básico de Educação Patrimonial na sua relação com a história de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Por muito tempo, valorizou-se o chamado patrimônio de “pedra e cal” em detrimento do patrimônio imaterial, que só teve sua preservação reconhecida pelo decreto 3.551 de agosto de 2000.

Assim, é importante observarmos o Guia Básico de Educação Patrimonial como um material legitimado pelos órgãos de preservação, e que assumiu uma grande amplitude para as práticas de Educação Patrimonial no Brasil.

Desse modo, entendemos que o Guia Básico de Educação Patrimonial, mesmo sofrendo muitas críticas por propor uma única metodologia para esse tipo de educação, não perde sua importância. Embora a metodologia proposta no guia e utilizada pelo Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” não deva ser norteadora, a obra constituiu-se como um material precursor para a Educação Patrimonial no Brasil, mas deve ser utilizado de forma cuidadosa, crítica e de acordo os objetivos que se deseja alcançar com esse tipo de educação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Noêmia Rosana de. **Manual de gestão pública do patrimônio cultural de Contagem**. 1. ed. Contagem: Prefeitura Municipal, 2015. 35 p. Disponível em: <<http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/cartilha-web-12112015.pdf?x=20181020084503>>. Acesso em: 01/11/2018

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê educação Patrimonial**, n. 3, Iphan, jan. - fev. 2006

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; FERREIRA, Liliana Soares. Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. **Revista Iberoamericana de Educacion**, n. ° 55, 2011, p. 205-223.

DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em Educação Patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, n.22, p.267-291, jul. /dez. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/119941/122092>>. Acesso em: 30/08/2018.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan; DAF; COGEDIP; Ceduc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 01/11/18.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan; DAF; COGEDIP; Ceduc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 01/11/18.

OLIVEIRA, Cléo Alves. **Educação patrimonial no Iphan**. Monografia (Especialização). Escola Nacional de Administração Pública, Brasília-DF, 2011.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR DENTRO DA HISTÓRIA. Contagem, ano 1, nº1, jan.2009. 36p. Disponível em: <<https://bit.ly/2qISFsu>>. Acesso em: 30/07/2018.

SANTOS, Anderson Cunha. **Patrimônio cultural e história local**: a educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade de Contagem. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2017.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson (org.). **Caderno do Patrimônio Cultural**. Fortaleza: Secretaria Municipal de Cultural, 2014.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. **Revista Teias**, v.18, n. °48, jan-mar, 2017.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Escolas, cidades e seus patrimônios: dinâmicas escolares de patrimonialização cultural. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e172781, 2018.

SIVIERI, Fernando Pascuott. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. **Revista CPC**, São Paulo, n.19, p.80–108, jun. 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Penal 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Amarração 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
Análise de políticas públicas 187
Anarquismo 176, 177, 178, 182, 184, 185
Anarquista 176, 177, 178, 179, 181, 182, 185
Araguaia-Campo Sagrado 157

B

Branquitude 198, 199, 200, 201, 202, 206

C

Caricatura 217, 219, 220, 227
Caridade 110, 114, 115, 117, 118
Carnaval 1, 3, 4, 5, 6, 9
Ceará 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36
Colonização 19, 39, 80, 82, 83, 84, 93, 119, 124, 128, 133, 134, 136, 146, 199, 202, 215
Crise 112, 145, 176, 179, 181, 185, 213, 217
Crítica da Economia Política 13, 24
Cultura histórica 208, 210, 212

D

Democracia 9, 10, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 211
Discurso Econômico 13, 14, 23, 24

E

Economia Política 13, 18, 21, 22, 23, 24
Educação 37, 43, 44, 45, 78, 79, 96, 102, 106, 108, 115, 119, 126, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 211
Educação patrimonial 108, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156
Encantaria 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94
Ensino de História 1, 4, 43, 44, 106, 107, 215
Escola de samba 1, 3, 4, 5, 6

F

Filme 157, 159, 166, 169, 175

G

Golpe 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 211
Guerra do Paraguai 217, 219, 220, 227

Guerrilha do Araguaia 157, 158, 161, 164, 175

Guia básico de educação patrimonial 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

H

História da Educação 187, 191, 195, 201

História do Brasil Colonial 119

História do Direito 58, 63, 64, 65, 67, 68

História do Processo Penal 58, 63

História local 95, 148, 156

Historiografia 4, 25, 28, 37, 62, 63, 112, 136, 137, 141, 144, 162, 179, 208, 212, 215, 217, 220

I

Identidade 3, 5, 6, 7, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 48, 49, 70, 72, 73, 78, 96, 97, 98, 104, 118, 175, 198, 199, 209, 210, 215

Ideologia 13, 14, 15, 17, 20, 23, 24, 27, 32, 113, 116, 117, 178, 199, 203, 216

Indígenas 3, 9, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 183, 199, 202

J

Judith Butler 70, 71, 73, 75, 77, 78, 79

L

Legislação 60, 66, 133, 139, 141, 142, 187

Lulismo 187, 188, 189, 191, 194

M

Maranhão 25, 32, 34, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 119, 144, 145

Matéria Cavaleiresca Alemã 80

Memória 4, 36, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 85, 86, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 108, 109, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 167, 169, 172, 174, 175, 212, 214, 215, 220, 227

Michel Foucault 70, 71, 72, 74, 78

Missão 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 143, 144, 192

N

Negociações 38, 39, 58, 63, 64, 66, 67

O

Ordem de São Francisco (OFM) 119

P

Periódicos 28, 31, 65, 98, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Pesquisa 25, 28, 37, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 66, 72,

92, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 148, 150, 158, 164, 174, 176, 178, 180, 184,
185, 187, 188, 192, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 213, 217, 227

Piauí 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36

Pobreza 110, 111, 113, 114, 116, 177, 189, 190

Política Educacional 187

R

Racismo 7, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 212

Regime militar 9, 10, 157, 158, 164, 174

S

Samba enredo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11

Subjetividade 198, 200

T

Teoria Queer 70, 71, 72, 73, 75, 78, 79

Transição ao capitalismo 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0